

Demonstrações Financeiras

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

31 de dezembro de 2017

Com relatório dos auditores independentes



Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	3
Balço patrimonial	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Diretores e Acionistas da
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento

NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório 15 de março de 2017, respectivamente, com opinião sem modificação, sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **COMPANHIA** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018.



MACIEL AUDITORES S/S
1 CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
2 CRC/RS-071.505/O-3 T SP – S - RJ
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1 CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Lago Azul Transmissão S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais) UM

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.689	3.431
Concessionárias e permissionárias		414	563
Impostos a recuperar	5	260	164
Contas a receber ativo financeiro	6	3.893	3.757
Outros ativos circulantes		67	1
Total do ativo circulante		9.323	7.916
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber ativo financeiro	6	36.607	31.593
Imobilizado líquido		7	4
Total do ativo não circulante		36.614	31.597
TOTAL DO ATIVO		45.937	39.513
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	2.830	717
Salários e encargos		81	77
Obrigações fiscais		136	152
Dividendos propostos		1.433	498
Encargos setoriais		28	-
Outros passivos circulantes		393	12
Total do passivo circulante		4.901	1.456
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.105	1.126
Total do passivo não circulante		1.105	1.126
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9.a	35.156	35.156
Reserva legal	9.b	325	128
Dividendos adicionais	9.c	4.298	1.495
Reserva de lucros a realizar		152	152
Total do patrimônio líquido		39.931	36.930
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.937	39.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais) UM

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	9.307	18.541
Custo de Construção	11	(3.466)	(15.070)
Despesas de operação e manutenção		(580)	(99)
Gastos Operacionais		(255)	-
LUCRO BRUTO		5.006	3.373
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(328)	(303)
Serviços de terceiros		(842)	(210)
Depreciação		(2)	(2)
Outros		(9)	(11)
Total		(1.181)	(525)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		3.825	2.848
RECEITAS FINANCEIRAS	12	338	318
DESPESAS FINANCEIRAS	12	(21)	(31)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.142	3.134
Imposto de renda corrente		(151)	-
Contribuição social corrente		(78)	-
Imposto de renda diferido		32	(749)
Contribuição social diferida		(10)	(287)
Total		(208)	(1.036)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.934	2.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais) UM

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	3.934	2.098
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>3.934</u>	<u>2.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais) UM

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros a Realizar</u>	<u>Dividendos adicionais</u>	<u>Lucros/ Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	17.406	23	152	-	-	17.581
Integralização de capital em janeiro de 2016	3.250	-	-	-	-	3.250
Integralização de capital em março de 2016	2.000	-	-	-	-	2.000
Integralização de capital em abril de 2016	2.000	-	-	-	-	2.000
Integralização de capital em junho de 2016	4.000	-	-	-	-	4.000
Integralização de capital em setembro de 2016	4.000	-	-	-	-	4.000
Integralização de capital em dezembro de 2016	2.500	-	-	-	-	2.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.098	2.098
Constituição da Reserva Legal	-	105	-	-	(105)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(498)	(498)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	1.495	(1.495)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	35.156	128	152	1.495	-	36.931
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.934	3.934
Constituição da reserva Legal	-	197	-	-	(197)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(934)	(934)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	2.803	(2.803)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.156	325	152	4.298	-	39.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lago Azul Transmissão S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais) UM

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros a Realizar</u>	<u>Dividendos adicionais</u>	<u>Lucros/ Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	17.406	23	152	-	-	17.581
Integralização de capital em janeiro de 2016	3.250	-	-	-	-	3.250
Integralização de capital em março de 2016	2.000	-	-	-	-	2.000
Integralização de capital em abril de 2016	2.000	-	-	-	-	2.000
Integralização de capital em junho de 2016	4.000	-	-	-	-	4.000
Integralização de capital em setembro de 2016	4.000	-	-	-	-	4.000
Integralização de capital em dezembro de 2016	2.500	-	-	-	-	2.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.098	2.098
Constituição da Reserva Legal	-	105	-	-	(105)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(498)	(498)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	1.495	(1.495)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	35.156	128	152	1.495	-	36.931
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.934	3.934
Constituição da reserva Legal	-	197	-	-	(197)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(934)	(934)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	2.803	(2.803)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.156	325	152	4.298	-	39.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lago Azul Transmissão S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.142	3.134
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendimento líquido do ativo financeiro	(1.297)	(2.332)
Depreciação	2	2
	<u>2.847</u>	<u>804</u>
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	150	(563)
Impostos a recuperar	(96)	(88)
Outros ativos circulantes	(66)	8
Fornecedores	2.506	(3.888)
Obrigações fiscais	(246)	120
Encargos setoriais	28	-
Salários e encargos	4	14
Outros passivos circulantes	(10)	12
	<u>5.117</u>	<u>(3.581)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo de imobilizado	(5)	(3)
Ativo financeiro	(3.854)	(15.070)
	<u>(3.859)</u>	<u>(15.072)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	-	17.750
	<u>-</u>	<u>17.750</u>
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.258</u>	<u>(903)</u>
Início do Exercício	3.431	4.335
Final do Exercício	4.689	3.431
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.258</u>	<u>(903)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.

Demonstração dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais) UM

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
RECEITA		
Receita	9.307	18.541
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos de construção	(3.466)	(15.070)
Materiais / Serviços de terceiros	(990)	(383)
DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO		
Depreciação	(2)	(2)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>4.849</u>	<u>3.089</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado financeiro	317	287
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>5.166</u>	<u>3.375</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	304	206
Benefícios	11	10
FGTS	14	13
	<u>328</u>	<u>229</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	208	1.034
	<u>208</u>	<u>1.034</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Compartilhamento de despesas	694	13
	<u>694</u>	<u>13</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	3.934	2.098
TOTAL	<u>5.166</u>	<u>3.375</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

1 Informações gerais

A Lago Azul Transmissão S.A., (Companhia), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 09 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Real Grandeza, 274 – parte, bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 03/2014 da ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da data da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos.

1.1 Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14 de novembro de 2013.

O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás:

- LT 230 kV Barro Alto – Itapaci, C2 (69 km).

As instalações de transmissão são compostas pela:

- Linha de Transmissão Barro Alto – Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci.
- Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050.000 (Três milhões e cinquenta mil reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial.

Em 19 de setembro de 2016 a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI – junto às Autoridades Governamentais competentes

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais) UM

Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 02 de outubro de 2014.

2 Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Determinados saldos relacionados à apresentação do ativo financeiro e dos impostos diferidos passivos (PIS e COFINS) apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e na nota explicativa 13 - Receita Líquida para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, foram reclassificados para uma melhor apresentação dos demonstrativos financeiros da Companhia e para manutenção de sua comparabilidade. A reclassificação efetuada não produziu efeito algum nos indicadores de solvência, capital de giro, fluxos de caixa e resultados operacionais e líquidos da Companhia.

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.

b) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de preparação e mensuração



Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais) UM

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos na data do fechamento do balanço, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e estão escritas a seguir:

2.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.2.1 Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (“ICPC 01 (R1)”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.



Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

c) Receita de remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.2.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.



Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.5 Concessionários e permissionários

Destinam-se à contabilização dos valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.6 Contas a receber - ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

2.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

2.8 Tributação e encargos regulatórios

Em 2017 a Companhia optou pela tributação pelo lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas.

Conforme facultado pela legislação tributária, até o exercício de 2016, a Companhia optou pela tributação do lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, foi calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60.000 no período de três meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Além do Imposto de Renda e da Contribuição Social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais) UM

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

2.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.13 Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

3 Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações a IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificação a IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

a) Classificação e mensuração - A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da norma. Continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

As contas a receber, são mantidas para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa, incluindo o saldo residual, desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. Devido à natureza garantida dos recebíveis, registradas em contrato entre a Companhia e o Poder Concedente, não são registradas provisões para perdas de crédito.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

a) Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes à parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

b) Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

c) Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

d) Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e Bancos conta movimento	241	1
Aplicações financeiras - BB Curto Prazo Corporativo 600mil	4.448	3.430
Total	<u>4.689</u>	<u>3.431</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2017, a aplicação financeira referente à BB Curto Prazo Corporativo 400mil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses à taxa de 9,39%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

5 Impostos a compensar

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 260 (R\$ 164, em 31 de dezembro de 2016), classificado como impostos a compensar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, adicionado à correção monetária, pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com o imposto de renda apurado mensalmente e no encerramento do exercício.

6 Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais) UM

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
Ativo financeiro	35.350	3.420	5.219	(3.488)	40.501
Circulante	3.757	-	-	-	3.893
Não circulante	31.593	-	-	-	36.607

	31/12/2015	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2016
Ativo financeiro	17.949	15.070	3.368	(1.037)	35.350
Circulante	-	-	-	-	3.757
Não circulante	17.949	-	-	-	31.593

Os valores referentes aos recebimentos de RAP a serem amortizados nos doze meses seguintes estão classificados no Ativo circulante.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

7 Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CTE-CENTRO TECNOLÓGICO DE ENGENHARIA	-	72
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.	214	8
CENTRAIS ELETRICAS DE GOIAS- CELG GT	378	-
SAE TOWERS	644	336
ALSTOM GRID SOLUTIONS LTDA.	-	9
CONSÓRCIO 3 C	605	-
FORNECEDORES DIVERSOS	-	292
QUEIROZ E RIOS	61	-
CONTRATOS DE ENCERRAMENTO DA OBRA	927	-
	<u>2.830</u>	<u>717</u>

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IR diferido passivo	976	1.008
CSLL diferida passiva	399	389
	<u>1.375</u>	<u>1.397</u>
(-) IR sobre prejuízo fiscal	(192)	(193)
(-) CSLL sobre base negativa	(78)	(78)
Total	<u>(270)</u>	<u>(271)</u>
Total líquido	<u>1.105</u>	<u>1.126</u>

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 13 de janeiro de 2016, conforme Ata da 18ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 3.250.000 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 3.250.000 (três milhões, duzentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 17.406.000 (dezesete milhões, quatrocentos e seis mil reais), para R\$ 20.656.000 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de março de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 20.656.000 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 22.656.000 (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de abril de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 22.656.000 (vinte e dois milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 24.656.000 (vinte e quatro milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 07 de junho de 2016, conforme Ata da 22ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 24.656.000 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 28.656.000 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 30 de setembro de 2016, conforme Ata da 23ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 28.656.000 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 32.656.000 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 22 de dezembro de 2016, conforme Ata da 25ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 32.656.000 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 35.156.000 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais) UM

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e FURNAS CENTRAIS ELETRICA S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a composição do capital social subscrito da Companhia, é como se segue:

	31/12/2017	
	R\$	Participação
Celg Geração e Transmissão S.A.	17.613.156	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.542.844	49,90%
	<u>35.156.000</u>	<u>100%</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido societário do exercício	3.934	2.098
Prejuízos acumulados	-	-
Base de cálculo para reserva legal	<u>3.934</u>	<u>2.098</u>
Reserva Legal societário (5%)	197	105
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.738</u>	<u>1.993</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	934	498
Dividendos adicionais propostos	2.803	1.495

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

10 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional bruta		
Receita de Construção	3.466	15.070
Rendimentos sobre ativo financeiro	5.219	3.368
Receita de O&M	821	232
Deduções da receita bruta		
Encargos setoriais	(52)	(11)
Pis	(28)	(21)
Cofins	(118)	(97)
Receita operacional líquida	<u><u>9.307</u></u>	<u><u>18.541</u></u>

11 Custos de construção

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Edificações e obras civis	(1.298)	(11.231)
Máquinas e equipamentos	(2.122)	(2.811)
Indenizações nas servidões	(4)	(364)
Pessoal	-	(259)
Serviços de terceiros	(80)	(264)
Arrendamentos e aluguéis	(7)	(20)
Seguros	(1)	(0)
Tributos	(8)	(8)
Compartilhamento de custos	-	(106)
Outros	53	(6)
	<u><u>(3.466)</u></u>	<u><u>(15.070)</u></u>

Os valores referentes a adiantamento a fornecedores em 2016, referem-se a eventos pagos, previstos através de cláusula contratual comprovados através das medições e desenvolvimento dos cronogramas.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

12 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS FINANCEIRAS	338	318
Receitas de aplicações financeiras	327	323
Variações monetárias	14	10
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS		
Pis	(1)	(2)
Cofins	(3)	(13)
DESPESAS FINANCEIRAS	(21)	(31)
Juros e multas	(17)	-
Despesas financeiras	(3)	(31)
Resultado financeiro	317	287

13 Instrumentos financeiros

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	31/12/2017			31/12/2016
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.689	4.689	3.431
Concessionárias e permissionárias	414	-	-	-
Impostos a recuperar	260	-	260	164
Ativo financeiro indenizável	40.501	-	40.501	31.593
	41.174	4.689	45.449	35.188

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 30 de setembro de 2017, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

Passivos financeiros	31/12/2017		31/12/2016
	Exigibilidades	Total	Total
Fornecedores	2.830	2.830	717
Salários e encargos	81	81	77
Obrigações fiscais	136	136	152
Impostos diferidos	1.105	1.105	1.126
	4.152	4.152	2.072

13.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

(b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio

ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

13.3 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Lago Azul Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais) UM

14 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro.